

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.060 - SP (2019/0280899-0)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : UNIPOLI EMBALAGENS ESPECIAIS LTDA
RECORRENTE : TAITECH DO BRASIL - COMERCIO DE EMBALAGENS EIRELI
RECORRENTE : WILPACK SERVICOS DE EMBALAGENS EIRELI
ADVOGADOS : JOSÉ CARLOS DE JESUS GONÇALVES - SP101103
MARIA MADALENA ANTUNES GONÇALVES - SP119757
WESLEY DUARTE GONÇALVES SALVADOR - SP213821
ALEX PIRES DE CAMARGO - SP287369
RECORRIDO : WLADIMIR DE FREITAS SILVESTRE
RECORRIDO : MARIA ISABEL VICENTE DE AZEVEDO EBOLI
ADVOGADOS : CLÁUDIO FRANÇA LOUREIRO - SP129785
WILLIAN AUGUSTO LECCIOILLI SANTOS E OUTRO(S) - SP342639
NATALIA NOGUEIRA DOS SANTOS - SP346209

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). OBRIGAÇÃO DE FAZER. MULTA DIÁRIA. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR. SÚMULA 410/STJ. ENUNCIADO SUMULAR COMPATÍVEL COM O NOVO CPC.

1. Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, "é necessária a prévia intimação pessoal do devedor para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer antes e após a edição das Leis n. 11.232/2005 e 11.382/2006, nos termos da Súmula 410 do STJ, cujo teor permanece hígido também após a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil. 2. Embargos de divergência não providos" (REsp 1360577/MG, Rel. p/ acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃ, Corte Especial, DJe 07/03/2019).

2. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por UNIPOLI EMBALAGENS ESPECIAIS LTDA e OUTROS, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela 1ª Câmara Reservada de

Superior Tribunal de Justiça

Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo nos autos da ação inibitória e indenizatória ajuizada por WLADIMIR DE FREITAS SILVESTRE e OUTRA, assim ementado (fl. 1031):

Patente de Invenção Reconhecimento da violação de ordem judicial componente de tutela de urgência já deferida quando do julgamento de recurso anterior “Astreintes” exigíveis – Intimação na pessoa do advogado Incidência do art. 513, § 2º, I do CPC de 2015 Plena ciência indicada, inclusive, a partir de ato processual específico e consistente na oposição de embargos de declaração Desnecessidade de intimação pessoal Inaplicabilidade de Súmula 410 do STJ, dada a realização de todos os atos na vigência do CPC de 2015 e da prática de atos processuais posteriores ao comando judicial Descumprimento caracterizado Revogação da majoração de multa cominatória Prevalhecimento do voto médio - Má-fé não caracterizada Recurso parcialmente provido.

Em suas razões (fls. 1053/1054), alegaram violação aos artigos 489, §1º, VI, do Código de Processo Civil, em razão da inobservância do enunciado da Súmula n.º 410/STJ, uma vez que para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer é necessária a prévia intimação pessoal do devedor, conforme ratificado recentemente pela Corte Especial do STJ no julgamento do EREsp 1.360577/MG. Postulou o provimento.

Contrarrazões às fls. 1081/1093.

O recurso especial foi admitido na origem (fls. 1094/1095).

Em decisão proferida nos autos da Pet 12928, deferi o pedido de tutela provisória de urgência postulado pela recorrente, atribuindo efeito suspensivo ao presente recurso especial.

É o relatório.

Passo a decidir.

A irresignação recursal merece prosperar.

A controvérsia do recurso especial cinge-se a determinar se o enunciado da Súmula n.º 410/STJ permanece hígido também após a entrada em vigor do

Superior Tribunal de Justiça

Novo Código de Processo Civil, tendo em vista o teor do artigo 513, §2º, I, deste diploma legal.

O referido enunciado sumular e o art. 513, §2º, II, do CPC/2015, foram assim redigidos:

Súmula 410. *A prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.*

Art. 513. *O cumprimento da sentença será feito segundo as regras deste Título, observando-se, no que couber e conforme a natureza da obrigação, o disposto no Livro II da Parte Especial deste Código.*

(...)

§ 2º *O devedor será intimado para cumprir a sentença:*

I - *pelo Diário da Justiça, na pessoa de seu advogado constituído nos autos;*

Recentemente, a Corte Especial consolidou o entendimento prevalente desta Corte acerca da matéria, conforme se infere da ementa do seguinte julgado:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DESCUMPRIMENTO. MULTA DIÁRIA. NECESSIDADE DA INTIMAÇÃO PESSOAL DO EXECUTADO. SÚMULA 410 DO STJ.

1. É necessária a prévia intimação pessoal do devedor para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer antes e após a edição das Leis n. 11.232/2005 e 11.382/2006, nos termos da Súmula 410 do STJ, cujo teor permanece hígido também após a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil.

2. Embargos de divergência não providos.

(EREsp 1360577/MG, Rel. p/ acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃ, Corte Especial, DJe 07/03/2019).

Na hipótese dos autos, verifica-se que foi deferida a tutela de urgência postulada pelos recorridos na ação inibitória, tendo sido determinado que as recorridas cessassem, imediatamente, a prática de atos de violação da patente de invenção BR 1120140100594, sob pena de multa diária de R\$50.000,00

Superior Tribunal de Justiça

(cinquenta mil reais).

A Câmara julgadora do Tribunal *a quo*, por sua vez, afastou a aplicação do enunciado da Súmula n.º 410/STJ por considerar incompatível com o novo diploma processual, além de não extrair caráter vinculante do entendimento exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no referido julgado a impor a adoção da tese fixada, reputando, assim, despicienda a intimação pessoal do devedor acerca da multa cominada.

Com isso, restou mantida a decisão proferida pelo juízo de primeiro grau, que reconheceu o descumprimento da medida liminar desde setembro de 2018, a autorizar a execução da multa diária fixada desde esta data, **independente de ter ocorrido a intimação pessoal das recorrentes para o cumprimento da obrigação de fazer.**

Confira-se, a propósito, excerto do acórdão recorrido:

Esta Câmara Reservada, em várias oportunidades, inclusive, já reconheceu que a invocada Súmula 410 do E. Superior Tribunal de Justiça não é compatível com o novo diploma processual civil e não prevaleceu após o início de sua vigência. Este mesmo entendimento, como assinalado na contraminuta, foi adotado nesta corte de maneira generalizada (fls. 995/996), eis que garantida a plena divulgação dos atos judiciais a partir das publicações realizadas, dirigidas intimações aos representantes das partes, sem advogados. Não é questionada a regularidade das publicações feitas, as quais, considerada a lei vigente, deram plena ciência do comando judicial à parte recorrente, sendo proposto, de maneira recalcitrante, um subterfúgio para viabilizar o descumprimento de ordem judicial sem maiores consequências.

O julgamento do recurso que fixou a multa cominatória, repita-se, confirmando decisão concessiva da antecipação da tutela recursal, ocorreu já na vigência do CPC de 2015, ao que se seguiu publicação na imprensa oficial, dirigida a intimação ao advogado, na forma prevista no artigo 513, §2º, inciso I do novo estatuto processual, concretizando-se trânsito em julgado em 22 de março de 2018.

A parte autora (recorrida), então, noticiou na origem (fls. 1.935/1.947) o descumprimento do julgado, o que

Superior Tribunal de Justiça

ensejou decisão que determinou a manifestação das rés (recorrentes) (fls. 1.963), tendo havido manifestação expressa, na qual rejeitaram o alegado descumprimento (fls.1.967/1.971).

Ressalte-se que a parte recorrente, diante do acórdão proferido no Agravo de Instrumento 2154616-06.2017.8.26.0000, ajuizou embargos de declaração (apreciados e rejeitados), demonstrando, inclusive, insatisfação específica quanto à ordem judicial específica e a previsão da mesma multa aqui questionada.

O ato processual realizado pelas recorrentes, então, não pode ser deixado de lado e, simplesmente, tido como irrelevante ou desimportante, demonstrada irresignação específica quanto à aplicabilidade da multa processual, denotando inequívoca ciência acerca do teor das “astreintes” estabelecidas por via de ordem judicial, não há a menor dúvida de que a mora das agravantes ficou plenamente caracterizada.

Uma nova intimação e, ainda, pessoal, como proposto, seria totalmente despicienda, não sendo viável admitir não ter sido descumprida a ordem judicial, fechando os olhos para o que ocorreu no processo.

Quando do julgamento da Apelação 0003708-98.2018.8.26.0011, proferi voto separado, em que constou:

“Antigo entendimento jurisprudencial consolidou-se no sentido de ser exigível a intimação pessoal como condição necessária para a cobrança da multa por descumprimento de obrigações de fazer ou não-fazer, mais exatamente a partir da deficiência do texto da Lei 11.232/2005, que não discriminava ou especificava a forma de intimação da parte obrigada, criando, ao ser introduzido o procedimento do cumprimento de sentença, reformado o CPC de 1973, uma séria divergência interpretativa.

Dita Súmula 410 foi editada em 25 de novembro de 2009, a partir do julgamento do Recurso Especial 1.349.790/RJ, relatado pela Ministra Maria Isabel Gallotti, e, tendo em conta que os atos processuais questionados no presente recurso foram realizados, todos eles, antes do início da vigência do CPC de 2015.

As regras processuais, porém, neste particular, foram alteradas uma outra vez, com uma mudança relevante introduzida pelo artigo 513, §2º, inciso I do CPC de 2015, admitida a consecução da intimação para início do cumprimento de sentença em qualquer de suas formas na pessoa do advogado, a partir de publicação realizada na imprensa oficial.

Superior Tribunal de Justiça

O antigo entendimento jurisprudencial, no entanto, não se compatibiliza com o artigo 513, §2º, inciso I o novo diploma processual civil, motivo pelo qual é preciso ter a Súmula 410 do E. Superior Tribunal de Justiça como derogada.”

O texto legal é explícito em admitir a suficiência e a adequação da publicação dirigida ao patrono da parte e, aqui, soma-se, concretamente, a ciência inequívoca e completa atestada pelo conteúdo dos atos processuais consumados a partir da atuação da parte recorrente.

A recorrente se insurgiu contra o deferimento da tutela recursal e questionou, de maneira individualizada, a aplicação da multa em apreço, o que não pode ser desconhecido.”

A parte, mantido o respeito por posicionamento em sentido contrário, não ostenta o direito subjetivo público de ser intimada pessoalmente, mas, isso sim, o de ser intimada e cientificada efetivamente e isso ocorreu.

Como se não bastasse, registre-se que, respeitado o julgado proferido pela Corte Superior e apontado pelas recorrentes (Embargos de Divergência em REsp nº 1.360.577 MG), não se extrai caráter vinculante a impor adoção da tese fixada no julgamento, contrapondo-se outros julgados em sentido diverso (referidos a fls.994/995), devendo ser ressaltada, repita-se, a falta de questionamento da regularidade das publicações feitas e que deram plena ciência do comando judicial à parte recorrente.

De fato, a parte tomou conhecimento inequívoco, a partir dos atos processuais realizados em momentos posteriores ao da concessão da tutela de urgência, não podendo subsistir uma dupla atuação, como se a parte pudesse conhecer e desconhecer, ao mesmo tempo, o mesmo comando judicial. Essa contradição não é superável.

Ao assim decidir, o Tribunal de origem contrariou a jurisprudência sumulada desta Corte e, recentemente, ratificada pela Corte Especial.

Também nesse sentido, confirmam-se as ementas dos julgado seguintes julgados:

**AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA
EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL.
CONDENAÇÃO EM OBRIGAÇÃO DE FAZER, COM**

COMINAÇÃO DE ASTREINTES. SITUAÇÃO REGIDA PELO CPC/1973. NECESSIDADE DA INTIMAÇÃO PESSOAL DO EXECUTADO. SÚMULA N.º 410 DO STJ. DIVERGÊNCIA NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 168/STJ. EMBARGOS INDEFERIDOS LIMINARMENTE. DECISÃO MANTIDA EM SEUS PRÓPRIOS TERMOS. ACÓRDÃO RECENTE DA CORTE ESPECIAL. JURISPRUDÊNCIA REAFIRMADA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. "É necessária a prévia intimação pessoal do devedor para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer antes e após a edição das Leis n. 11.232/2005 e 11.382/2006, nos termos da Súmula 410 do STJ, cujo teor permanece hígido também após a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil" (REsp 1.360.577/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/12/2018, DJe 07/03/2019).

2. Incidência do Verbete Sumular n.º 168/STJ: "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado."

3. Agravo interno desprovido .

(AgInt nos EREsp 1119797/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ , CORTE ESPECIAL, julgado em 21/05/2019, DJe 31/05/2019);

PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DESCUMPRIMENTO. MULTA DIÁRIA. NECESSIDADE DA INTIMAÇÃO PESSOAL DO EXECUTADO. SÚMULA 410 DO STJ.

1. Inicialmente, constata-se que não se configura a alegada ofensa ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou, de maneira amplamente fundamentada, a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado.

2. No mérito, a Corte Especial do STJ, no julgamento dos EREsp 1.360.577/MG, DJe de 7/3/2019, pacificou o entendimento de que "É necessária a prévia intimação pessoal do devedor para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer antes e após a edição das Leis n. 11.232/2005 e 11.382/2006, nos termos da Súmula 410 do STJ, cujo teor permanece hígido também após a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil".

Superior Tribunal de Justiça

3. Recurso Especial provido.

(REsp 1798900/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 31/05/2019);

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. OBRIGAÇÃO DE FAZER. MULTA COMINATÓRIA. CUMPRIMENTO DE DECISÃO. INTIMAÇÃO. NECESSIDADE. SÚMULA Nº 410/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. É necessária a prévia intimação pessoal do devedor para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer antes e após a edição das Leis nºs 11.232/2005 e 11.382/2006, nos termos da Súmula nº 410/STJ, cujo teor permanece hígido também após a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1366925/SE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/09/2019, DJe 27/08/2019).

Destarte, ausente a prévia intimação, direta e pessoalmente, da recorrente, não é devida a multa diária imposta, merecendo reforma o acórdão recorrido

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para reconhecer a inexigibilidade da multa pelo descumprimento de obrigação de fazer, em razão da ausência de intimação pessoal do devedor.

Advirto as partes da multa prevista ao agravo interno manifestamente improcedente (art. 1.021, § 4º, do NCPC).

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator